



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

---

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº. \_\_\_\_/2024  
Projeto de Lei Complementar nº. 16 /2024

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores,**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei Complementar, que propõe a inclusão de um novo parágrafo ao artigo 72 da Lei Complementar nº 53, de 20 de dezembro de 2016, com o objetivo de definir a base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI em casos específicos de aquisição originária de propriedade.

A alteração proposta busca simplificar e trazer maior segurança jurídica à apuração do ITBI para os casos de transmissão de bens imóveis cuja titularidade foi originalmente concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Nessas situações, a base de cálculo do imposto será fixada no valor declarado no título de domínio emitido pelo INCRA, considerando as peculiaridades das áreas de reforma agrária e de regularização fundiária. Essa medida visa também garantir que as aquisições realizadas por meio de políticas públicas de desenvolvimento agrário sejam tratadas com justiça fiscal, respeitando as finalidades sociais dessas operações e os interesses dos municípios beneficiados.

A presente proposição encontra fundamento no princípio da função social da propriedade e busca promover a regularização fundiária com menores ônus tributários aos adquirentes, contribuindo para a efetivação do direito à propriedade, especialmente nas áreas de interesse social.

Com isso, espera-se que a alteração legislativa contribua para fomentar o desenvolvimento rural e a valorização das propriedades no município, assegurando também a previsibilidade tributária e o **estímulo ao cumprimento das obrigações fiscais por parte dos proprietários.**

Contamos, portanto, com a compreensão e o apoio desta Casa Leis para a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar, que entendemos ser de elevado interesse público e social.

Gabinete do Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé, RO,  
em 1º de novembro de 2024.

  
**Alcino Bilac Machado**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

---

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 16 /2024**

“Dispõe sobre a criação do §5º à Lei Complementar 053/2016, que estabelece a base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI em casos de aquisição originária de propriedade, e dá outras providências.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68, III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte;

**LEI**

**Art. 1º** O artigo 72 da Lei Complementar nº 53, de 20 de dezembro de 2016, passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

**"Art. 72 (...)**

*§ 5º. Nos casos de aquisição originária de propriedade decorrente de título de domínio emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI será o valor declarado no referido título."*

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé, RO., em primeiro dia de novembro de 2024.

**Alcino Bilac Machado**  
Prefeito Municipal